

CONTRATO Nº 01/2022

PROCESSO Nº. 624/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, COM FORNECIMENTO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS NAS ÁREAS ESPECIFICADAS NO ANEXO I, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO, CONVERSÃO E IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS E CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS DE DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA DE BOFETE-SP.

CONTRATADA: AMENDOLA & AMENDOLA SOFTWARE LTDA

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, as partes a seguir nomeadas e ao final assinadas, sendo, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOFETE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 46.634.143/0001-56, com sede na Rua Nove de Julho, 290, Centro, Bofete, Estado de São Paulo, CEP 18590-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **CLAUDÉCIO JOSÉ EBURNEO**, brasileiro, casado, profissional autônomo, residente e domiciliado à Rua Campos Salles nº 426, Centro, nesta cidade, portador do RG nº 17.225.460-7 SSP-SP e CPF nº 113.299.598-17, doravante designados simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **AMENDOLA & AMENDOLA SOFTWARE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.326.049/0001-90, Inscrição Estadual, isento, com endereço na Rua Jean Carlos Mendes de Campos, nº 190, Bairro Cristo Redentor, Município de Sales, Estado de São Paulo, CEP 14980-000, telefone (17) 3557-9090, e-mail amendola@amendola.net.br, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por sua Sócia Administradora a senhora Michelle Sacchi Amêndola Assad, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade RG nº 28.939.260-3 SSP/SP, CPF nº 287.894.758-44, residente na Avenida Capitão Alberto Mendes Junior, 361, Centro, Município de Sales, Estado de São Paulo, CEP 14980-000, tem entre si, justo e combinado o que diante se segue, por intermédio das cláusulas a seguir articuladas:

CLÁUSULA 1 – DO OBJETO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de modernização e gestão pública, com fornecimento de sistemas informatizados nas áreas abaixo, compreendendo os serviços de migração, conversão e implantação dos sistemas e capacitação dos usuários de diversos setores da Prefeitura de Bofete-SP.

1.2. As especificações encontram-se detalhadas no ANEXO I que é parte integrante e inseparável deste edital e deverão ser demonstrados em partes ou em seu todo dependendo de decisão do pregoeiro.

1.3 A proponente deverá atender a legislação vigente e suas alterações, bem como as exigências que venham a surgir após a assinatura do contrato sem custo adicional.

1.4 A proponente deverá disponibilizar à contratante, mesmo após o término do contrato, o programa executável para futuras consultas e impressões.

Valores dos serviços de conversão de dados, implantação dos sistemas e capacitação dos usuários:



Item	Sistema	Conversão Implantação (VALOR)	Capacitação *quantidade de usuários
1	PROCURADORIA	R\$ 000,00	02
2	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	R\$ 000,00	05
3	ORÇAMENTO-PROGRAMA, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE PÚBLICA ETESOURARIA	R\$ 000,00	05
4	CONTROLE INTERNO	R\$ 000,00	03
5	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	R\$ 000,00	03
6	COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS	R\$ 000,00	06
7	ALMOXARIFADO E MATERIAIS	R\$ 000,00	03
8	GESTÃO PATRIMONIAL	R\$ 000,00	03
9	PROTOCOLO E TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS;	R\$ 000,00	03
10	GERENCIAMENTO DE FROTA;	R\$ 000,00	02
11	IPTU, ITBI, OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÍVIDA ATIVA	R\$ 000,00	04
12	ISS, TAXAS E DÍVIDA ATIVA	R\$ 000,00	04
13	IPTU-ITBI, 2º VIA CERTIDÕES, VALOR VENAL INTERNET	R\$ 000,00	04
14	ISS WEB – EMISSÃO DE 2º VIA DE CARNÊS, CERTIDÕES DE DÉBITOS E ALVARÁ	R\$ 000,00	04
15	ISS ELETRÔNICO E NOTA FISCAL ELETRÔNICA	R\$ 000,00	04
VALORES DOS SERVIÇOS DE CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS E CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS		R\$ 0.000,00	

Valores referentes a licença de uso:

Item	Sistema	Mensal	Total (12 meses)
1	PROCURADORIA	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00
2	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
3	ORÇAMENTO-PROGRAMA, EXECUÇÃO, ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA	R\$ 1933,34	R\$ 23.200,00
4	CONTROLE INTERNO	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
5	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00



6	COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
7	ALMOXARIFADO E MATERIAIS	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
8	GESTÃO PATRIMONIAL	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
9	PROTOCOLO E TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS;	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
10	GERENCIAMENTO DE FROTA;	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
11	IPTU, ITBI, OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÍVIDA ATIVA	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
12	ISS, TAXAS E DÍVIDA ATIVA	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
13	IPTU-ITBI, 2º VIA CERTIDÕES, VALOR VENAL INTERNET	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
14	ISS WEB – EMISSÃO DE 2º VIA DE CARNÊS, CERTIDÕES DE DÉBITOS E ALVARÁ	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
15	ISS ELETRÔNICO E NOTA FISCAL ELETRÔNICA	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
VALORES REFERENTES A LICENÇA DE USO		R\$ 9.833,34	R\$ 118.000,00

CLÁUSULA 2 - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor total do presente contrato é de **R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais)**:

2.2. No preço combinado entre as partes, estão inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: transporte (inclusive frete), seguro contra todos os riscos existentes, alimentação, hospedagem, impostos, garantia e tributos de qualquer natureza, sendo que aqueles que não forem transcritos, serão considerados como já constantes.

2.3. Para atender as despesas decorrentes desta licitação, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2022, a seguinte dotação orçamentária:

02 - Poder Executivo

02.02.00 – Departamento de Governo

02.02.02 – Jurídico

3.0.00.00.00 – Despesas correntes

3.3.00.00.00 – Outras despesas correntes

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.40.00 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ

3.3.90.40.16 – Locação de Software

04.1220004.2005 – Manut. do Jurídico (ficha 27).

02 - Poder Executivo

02.02.00 – Departamento de Governo

02.02.03 – Controle Interno

3.0.00.00.00 – Despesas correntes

3.3.00.00.00 – Outras despesas correntes

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.40.00 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ

3.3.90.40.16 – Locação de Software

04.1220005.2006 – Manut. do Controle Interno (ficha 33).

02 - Poder Executivo



02.02.00 – Departamento de Governo
02.02.04 – Comunicação
3.0.00.00.00 – Despesas correntes
3.3.00.00.00 – Outras despesas correntes
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
3.3.90.40.00 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ
3.3.90.40.16 – Locação de Software
04.1310006.2007 – Manut. da Comunicação (ficha 40).

02 - Poder Executivo
02.03.00 – Departamento de Administração
02.03.02 – Planejamento
3.0.00.00.00 – Despesas correntes
3.3.00.00.00 – Outras despesas correntes
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
3.3.90.40.00 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ
3.3.90.40.16 – Locação de Software
04.1210009.2010 – Manut. do Planejamento (ficha 58).

02 - Poder Executivo
02.03.00 – Departamento de Administração
02.03.03 – Recursos Humanos
3.0.00.00.00 – Despesas correntes
3.3.00.00.00 – Outras despesas correntes
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
3.3.90.40.00 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ
3.3.90.40.16 – Locação de Software
04.1220010.2011 – Manut. do Recursos Humanos (ficha 65).

02 - Poder Executivo
02.03.00 – Departamento de Administração
02.03.04 – Compras, Almoxarifado e Licitação
3.0.00.00.00 – Despesas correntes
3.3.00.00.00 – Outras despesas correntes
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
3.3.90.40.00 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ
3.3.90.40.16 – Locação de Software
04.1220011.2012 – Manut. do Compras, Almoxarifado e Licitação (ficha 72).

02 - Poder Executivo
02.06.00 – Departamento de Fazenda
02.06.01 – Finanças e Tributação
3.0.00.00.00 – Despesas correntes
3.3.00.00.00 – Outras despesas correntes
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
3.3.90.40.00 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ
3.3.90.40.16 – Locação de Software
04.1230019.2022 – Manut. da Contabilidade (ficha 123).
04.1230019.2022 – Manut. do Tributos, Fiscalização e Controle de Arrecadação (ficha 135).

02 - Poder Executivo
02.15.00 – Departamento de Transporte

- 02.15.01 – Transporte
- 3.0.00.00.00 – Despesas correntes
- 3.3.00.00.00 – Outras despesas correntes
- 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
- 3.3.90.40.00 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ
- 3.3.90.40.16 – Locação de Software
- 26.7820042.2046 – Manut. do Transporte (ficha 285).

2.4. Recursos Financeiros: Recurso Próprio.

CLÁUSULA 3 – DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado de forma parcelada, no mês subsequente ao prestado os serviços, em até 15 (quinze) dias da liquidação da despesa.

3.2. Nos preços contratados estão incluídas todas as incidências fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos, que correrão por sua conta e responsabilidade, estando também abrangidas as despesas de transporte, hospedagem, alimentação, necessários à implantação e operacionalização do objeto deste contrato, inclusive despesas com disponibilização de banda Internet e equipamentos para acesso em ambiente Web.

3.3 As notas fiscais deverão vir acompanhadas de medições fazendo referência às Ordens de Serviço emitidas bem como o relatório das atividades executadas no período.

3.4 Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.5 As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.

3.6 Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e a Contribuições Sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e CNDT - Débitos Trabalhistas.

3.7 O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.8 No ato de assinatura do contrato, a contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e número da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do Departamento de Finanças – Setor de Tesouraria.

3.9 O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente.

3.10 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.



3.11 Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, (IPCA-E) em observância ao que dispõe o Art. 40, Inc. XIV, alínea "c" e Art. 55, Inc. III, da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores.

3.12 O pagamento será creditado em favor da licitante vencedora, na ordem bancária, creditada na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.13 Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da Contratada, incidirá correção monetária sobre o valor devido conforme o IPCA-E, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

3.14 É obrigatória, para cada emissão de nota fiscal, a apresentação de relatório de atividades.

CLÁUSULA 4 – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1 O prazo do presente contrato será de 01 (um) ano, contado da assinatura do mesmo, sem prejuízo do que prevê o artigo 57, § 1º e seus incisos da Lei 8.666/93.

4.2 Este contrato poderá ser prorrogado ou aditado, nos termos do artigo 57º, inciso IV, e do artigo 65, ambos da Lei nº 8.666/93.

4.3 Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, quando então, havendo prorrogação do contrato, serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, em conformidade com a legislação em vigor, tomando-se por base o índice vigente no mês da apresentação da proposta em relação ao do mês do reajustamento devido.

CLÁUSULA 5 – DAS OBRIGAÇÃO DAS PARTES

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Realizar a prestação do serviço, objeto da presente licitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do respectivo contrato;
- b) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;
- c) Substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para os serviços rejeitados e recusados pela fiscalização do contrato;
- d) Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;
- e) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f) Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes e demais custos que se fizerem necessários para a realização do serviço;
- g) Atender todas as exigências da legislação vigente e recomendações dos órgãos ambientais.

5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Fiscalizar a entrega, podendo sustar ou recusar o produto entregue em desacordo com as especificações apresentadas na proposta do Licitante;



- b) Somente atestar às notas fiscais/faturas correspondentes a entrega dos produtos, referente ao objeto deste Termo de Referência e especificações do Edital;
- c) O CONTRATANTE adotará um modelo de requisição o qual terá assinatura e carimbo de pessoas autorizadas formalmente a assinarem a requisição;
- d) O CONTRATANTE enviará à CONTRATADA uma relação de pessoas autorizadas a assinarem as requisições;
- e) Caso a CONTRATADA aceite requisição fora dos padrões ou sem a assinatura e carimbo dos agentes autorizadores, o CONTRATANTE poderá ligar para o contato do responsável dando-lhe a permissão, caso contrário, não aceitará esta requisição no processo de pagamento.

CLÁUSULA 6 - DAS RESPONSABILIDADES

6.1 A contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros na execução deste contrato.

6.2 A contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrente da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à contratada.

6.3 A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.4 A contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação

CLÁUSULA 7 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências previstas no presente contrato e na lei.

7.2. Este contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, salvo motivo de força maior plenamente justificado, nos casos detalhados nos Incisos. I a XVII do Artigo 78º da Lei 8666/93.

7.3. No caso de rescisão contratual por cometimento reiterado de faltas em sua execução, a área gerenciadora anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados: o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 8 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO

8.1 A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos obedecerá ao disposto nos artigos 81, 86 e 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93.

8.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:



- 8.2.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou mesmo fim.
- 8.2.2. Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- 8.3 O atraso injustificado na execução do serviço, sem prejuízo do disposto no §1º do artigo 86, da Lei 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:
- 8.3.1. Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e
- 8.3.2. Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,06% (seis centésimos por cento) ao dia.
- 8.4 Pela inexecução total ou parcial do serviço poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:
- 8.4.1. Advertência por escrito, para comunicar quaisquer falhas na execução;
- 8.4.2. Multa de 10% (dez) por cento sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;
- 8.4.3. Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim;
- 8.4.4. A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87, III da Lei Federal 8.666/93;
- 8.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, conforme previsto pelo artigo 87, IV da Lei Federal 8.666/93;
- 8.4.6. Ressarcimento de eventuais danos ocasionados em face de inexecução do contrato.
- 8.5 A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.
- 8.6 O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.
- 8.7 As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do INPC, a partir do termo inicial, até a data de seu efetivo recolhimento.
- 8.8 A comunicação da irregularidade e a proposta de aplicação de penalidade deverão ser encaminhadas, pelo gestor do respectivo contrato, à autoridade que autorizou a licitação, ou a contratação, no respectivo processo.
- 8.9 As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.
- 8.9.1 Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado via postal com AR da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.
- 8.9.2 Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.
- 8.9.3 Da decisão, caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, de cuja decisão cabe solicitação de reconsideração.



8.9.4 A multa imposta deverá ser recolhida, decorridos 05 (cinco) dias úteis da decisão do recurso ou, em sendo o caso, da solicitação de reconsideração.

8.9.5 Se o pagamento da multa não for efetuado dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, o valor deverá ser inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

8.10 A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da CONTRATANTE.

8.11 O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

8.12 As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.

CLÁUSULA 9 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1 Fica nomeado o funcionário abaixo para a gestão e fiscalização desse instrumento:

Nome: Paula Regina de Barros Prado - Cargo: Diretora de Finanças – Responsável pela fiscalização e gestão, nos termos do artigo 67 da Lei de Licitações, ao qual competirá velar pela perfeita exação do pactuado, em conformidade com o previsto no Edital, na proposta da Contratada e neste instrumento.

9.2 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato o agente fiscalizador dará ciência à Contratada do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do contrato, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da Contratada.

9.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do ajuste, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou legal, como tal definido pela lei civil.

9.4 O Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, caso os mesmos afastem-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta da Contratada.

CLÁUSULA 10 – DO REGULAMENTO

10.1. O presente contrato regular-se-á pelas suas cláusulas, disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2021 - PROCESSO Nº 624/2021, Proposta da CONTRATADA e demais preceitos de direito público aplicáveis à matéria, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA 11 – DOS HERDEIROS OU SUCESSORES

11.1. O presente contrato não só obriga a CONTRATADA, como também seus herdeiros ou sucessores, em todas as suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA 12 - DO FORO



12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porangaba-SP, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente, e que não possa ser resolvida na esfera administrativa.

CLÁUSULA 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais devidas em decorrência direta ou indireta da execução deste Contrato, serão de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que os recolherá sem direito a reembolso.

E, por assim estarem justas e acordadas, assinam o Contrato às partes através de seus representantes já qualificados no Preâmbulo, do qual foram extraídas 3 (três) vias de igual teor e único efeito.

Bofete, 21 de janeiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE
CLAUDÉCIO JOSÉ EBURNEO - PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

AMENDOLA & AMENDOLA SOFTWARE LTDA
MICHELLE SACCHI AMÊNDOLO ASSAD – SÓCIA ADMINISTRADORA
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____
PELA CONTRATANTE

RG: _____

2) _____
PELA CONTRATADA

RG: _____